



EUA impõem nova tarifa de 12,5% a produtos brasileiros

TCU cita risco fiscal dos Correios e defende compensação de custos

Página 4

Estados Unidos isentam 471 produtos de nova tarifa de 12,5%

Página 5

Previsão do Tempo

Sexta: Chuuvoso durante o dia e à noite.



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,08
Venda: 5,08

Turismo
Compra: 5,10
Venda: 5,28

EURO

Compra: 5,74
Venda: 5,74

Comitê antecipa geração de energia para evitar impactos do El Niño



Foto: Tania Kogor/ABR

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) aprovou, na quarta-feira (22), a antecipação da geração de 1,8 GW de energia adicionais de cinco empresas vencedoras dos leilões de reserva de capacidade.

A medida entra em vigor a partir de 1º de setembro para reforçar a segurança do sistema diante da possibilidade do El Niño no segundo semestre de 2026.

De acordo com parecer do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a ocorrência do fenômeno climático poderá reduzir a quantidade de energia elétrica produzida na Região Norte. Página 2

Os Estados Unidos anunciaram na quinta-feira (23) a aplicação de uma nova sobretaxa de 12,5% sobre produtos brasileiros, sob a alegação de que o Brasil não adota mecanismos eficazes para impedir a importação de mercadorias produzidas com trabalho forçado. A medida entra em vigor na madrugada desta sexta-feira (24).

A nova tarifa substitui a taxa global temporária de 10% aplicada desde fevereiro e se soma à sobretaxa de 25% sobre produtos brasileiros, em vigor desde o último dia 22. Com isso, parte das

exportações do Brasil para o mercado estadunidense poderá enfrentar tributação de até 37,5%.

A decisão foi tomada pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) após investigação baseada na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974.

Segundo o governo estadunidense, o Brasil integra o grupo de 54 países que não proíbem nem fiscalizam de forma efetiva a entrada de produtos fabricados com trabalho forçado em seus mercados internos. Página 3

Justiça condena shopping paulista por discriminação racial

Página 4

CMN aprova crédito de R\$ 10 bilhões para inovação no agronegócio

Página 8

FMI elogia Pix e cobra autonomia financeira do Banco Central

Página 3

Esporte

F-1 chega a Budapeste antes da pausa de verão

Por Tiago Mendonça

A F-1 vive um clima de “último dia de aula”. O GP da Hungria, marcado para este domingo, 26, em Budapeste, é o último da primeira fase do campeonato. Marca literalmente a metade da temporada (11 de 22 corridas) e, depois dele, a categoria entra na tradicional pausa de verão europeu, um período de férias de três semanas.

Mas antes do descanso, tem muita coisa a ser resolvida. Principalmente pelos lados da Mercedes, equipe que lidera os campeonatos de Pilotos e Construtores. A equipe afirmou ter finalmente desvendado o problema na entrega de potência do carro de George Russell, que o

limitou na Inglaterra e na Bélgica. “É um enorme peso que tiram das minhas costas”, resumiu Russell. “Durante algumas voltas em Silverstone e depois em Spa-Francorchamps, fiquei pensando em como precisava pilotar para fazer a unidade de potência render nas retas. Os dados nos diziam que esse era o motivo, mas acabou se revelando que não era.”

Livre do problema, e em um circuito muito mais de média e baixa velocidades, Russell espera ter condições de retomar a melhor forma e voltar à briga pelo título. Neste momento, ele é o terceiro colocado na tabela, 50 pontos atrás do companheiro de equipe, Andrea Kimi Antonelli.

Entre eles, aparece Lewis Hamilton, piloto da Ferrari, vice-lí-



Gabriel Bortoleto

der do campeonato. Ele está 45 pontos atrás de Antonelli. Hamilton é um verdadeiro especialista no Hungaroring, tendo vencido

oito vezes no total por lá (é disparado o maior vencedor da história da pista).

Este será um fim de semana

para observar também o desempenho da Aston Martin. Dona do carro mais lento da F-1, a equipe optou por guardar todas as suas principais atualizações exatamente para o GP da Hungria. Ou seja, o que vem aí é um carro completamente novo, que promete ser, no mínimo, 2s mais rápido.

A mudança pode tirar a Aston Martin do último lugar no grid, empurrando a Cadillac para lá, e deve dar um novo direcionamento para o desenvolvimento do time. Depois da pausa de verão, a equipe deverá contar ainda com um novo motor por parte da Honda (que ainda não está disponível).

O brasileiro Gabriel Bortoleto, da Audi, está otimista depois de duas corridas consecutivas marcando pontos. “Isso deu um ver-

dadeiro ânimo a todos e queremos continuar crescendo a partir daqui. Fizemos progressos ao longo dos últimos finais de semana, e o objetivo agora é levar esse ritmo para a Hungria. Eu gostei muito de correr aqui no ano passado, então estou ansioso para voltar. É a última corrida antes da pausa de verão e seria ótimo terminar a primeira etapa da temporada com outro forte resultado para a equipe”.

A programação da F-1 em Budapeste começa pelos treinos livres de sexta-feira, 24. No sábado, 25, tem classificação às 11h. A corrida está marcada para domingo, às 10h (sempre no horário de Brasília), com transmissão ao vivo do Globo e do SporTV.

Mitsubishi Cup chega a Santa Bárbara d'Oeste para realização de quarta etapa da temporada 2026



Foto: Divulgação

A disputa segue acirrada em todas as categorias

A cidade de Santa Bárbara d'Oeste, na Região Metropolitana de Campinas, recebe neste fim de semana (24 e 25 de julho) a quarta etapa da Mitsubishi Cup, maior rally raid de velocidade monomarca do mundo.

Ao todo, 67 duplas de pilotos e navegadores se reunirão na conhecida “Cidade das Águas” para acelerar seus carros de competição em busca de

pontos que os consolidem na temporada 2026. A disputa segue acirrada em todas as categorias e promete ser emocionante do início ao fim das especiais.

Os competidores terão como parque de apoio o Nova Galvão Eventos, espaço dedicado para as equipes ficarem suas estruturas durante a etapa.

A prova será transmitida ao vivo pelo canal no YouTube da

Mitsubishi Motors na manhã de sábado, a partir das 8h, com a largada do primeiro carro na primeira especial. Acompanhe todas as novidades da Mitsubishi Cup também no Instagram mitsubishicup.

A Mitsubishi Cup é organizada em parceria da Mitsubishi Motors com a Spinelli Racing e dividida em nove categorias e cinco modelos de veículos: Outlander Sport R (PRO e CUP), L200 Triton Sport R (PRO e CUP), L200 Triton Sport RS (PRO e CUP) e Eclipse Cross R (PRO e CUP).

Todos os veículos são especialmente produzidos pela marca dos três diamantes em Catalão (GO), na fábrica da HPE Automotors, que conta ainda com a expertise técnica da Spinelli Racing, responsável pela organização e por todas as questões técnicas da competição.

A competição não exige expe-

riência prévia para pilotos e navegadores, sendo ideal para profissionais de diferentes áreas que veem o rally como hobby nos finais de semana. Também representa uma oportunidade para quem deseja se tornar piloto ou navegador profissional.

A temporada 2026 conta com patrocínio de: Sem Parar, Heineken 0,0, Keko, Flash, HI Tech, 3 Corações, M Tech, MIT Locadora, MIT Seguro, Lindoya Verão, Ativos, Pirelli, Live e Würth.

A categoria também conta com o apoio de: Sem Parar, Heineken 0,0, Keko, Flash, HI Tech, 3 Corações, M Tech, MIT Locadora, MIT Seguro, Lindoya Verão, Ativos, Pirelli, Live e Würth.

Nova categoria Triton Katana R

A partir da temporada 2027, a Mitsubishi Cup passará a contar com uma nova categoria, a Triton Katana R CUP. Ela será destinada à recém-lançada Triton Katana R,

veículo de competição derivado da picape Mitsubishi Triton de rua, que fez sua estreia no Sertões Seres Paraná já com o primeiro lugar no pódio.

Apta a competir em alto nível nas principais provas de rally raid do Brasil e da América Latina, a Triton Katana R é produzida na fábrica da HPE Automotors em Catalão (GO). O modelo é totalmente adaptado para o alto desempenho dentro das condições mais extremas que uma competição de rally raid oferece.

A Triton Katana R faz parte da categoria T2 Brasil e traz um chassi Mega Frame Original e carroceria em Monobloco com gaiola de segurança e painéis em fibra de vidro. O motor 4N16 Super High Power de 214 cv de potência e 52 kgf.m de torque combinado com a transmissão original 4x4 Easy Select garante estabilidade e controle em qualquer terreno, junto aos pneus Pirelli

Scorpion A/T 245/80 R16.

Linha de produção para veículos de competição

A Mitsubishi Motors é a única montadora na América Latina a ter uma linha de produção de veículos de competição 100% in-house, na fábrica da marca na cidade de Catalão (GO). Até hoje, a marca já produziu mais de 650 veículos para as estradas de terra e pistas pelo Brasil.

Compromisso com a descarbonização

A parceria entre Mitsubishi Motors e Ativos, iniciada em 2021, tem como objetivo compensar 100% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) geradas pelos rallies e passeios da marca. O inventário, realizado pelo British Standards Institution – BSI Brasil, cobre emissões diretas e indiretas (escopos 1/2 e 3) desde 2021.

Porto de São Sebastião abre vagas de estágio com bolsas de até R\$ 937

A Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) do Estado de São Paulo, está com inscrições abertas para o Processo Seletivo Público de Estagiários 2026. Realizada em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), a seleção forma cadastro de reserva para estudantes de cursos técnicos e de nível superior interessados em atuar na autoridade portuária no litoral norte de São Paulo.

As inscrições e a prova on-line são gratuitas e podem ser realizadas até as 12h do dia 3 de agosto, exclusivamente pelo por-

tal do CIEE. Os candidatos aprovados poderão atuar em diferentes áreas da Companhia, contribuindo para projetos voltados à gestão portuária, infraestrutura, meio ambiente, logística e administração pública. A sede administrativa da Companhia fica em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo.

Para estudantes de nível superior, a bolsa-auxílio é de R\$ 937,59. Já para alunos de cursos técnicos, o valor é de R\$ 787,58. Além disso, os estagiários receberão auxílio-transporte de R\$ 9,59 por dia estagiado e auxílio-alimentação de R\$ 400,00 mensais. A carga horária será de 30 horas



Porto de São Sebastião, no litoral norte de SP

semanais, distribuídas em até seis horas diárias.

As oportunidades para o nível superior contemplam os cursos de Administração, Arquitetura, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Gestão em Recursos Humanos, Gestão Empresarial, Tecnologia em Gestão Empresarial, Tecnologia em Gestão Portuária, Tecnologia em Logística e Tecnologia em Logística e Transporte. Já para o nível técnico, poderão participar estudantes dos cursos de Administração, Portos, Secretariado e Segurança do Trabalho.

Os candidatos devem estar regularmente matriculados nos cursos previstos no edital, observando o semestre mínimo exigido para cada formação. O processo seletivo será composto por uma única etapa, com prova objetiva on-line contendo 20 questões de múltipla escolha sobre Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais.

As inscrições devem ser realizadas pelo site do CIEE, na seção de processos seletivos públicos, onde também está disponível o edital completo. O resultado final do processo seletivo será divulgado no dia 27 de agosto de 2026. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Cristãos - vereadores(as) candidatos(as) a outros cargos - sabem [via Literatura Bíblica] que na Vida Eterna [sem partidos e sem eleições ... sob o Governo do Cristo] não se esgotará o que Aprender sobre D E U S

PREFEITURA (São Paulo)

Cristãos e cristãs - que estiveram ou estão sob o governo do cristão Ricardo Nunes - sabem [via Literatura Bíblica] que na Vida Eterna [sem partidos e sem eleições ... sob o Governo do Cristo] não se esgotará o que Aprender sobre D E U S

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Cristãos - deputados(as) estaduais candidatos(as) à reeleição ou outros cargos - sabem [via Literatura Bíblica] que na Vida Eterna [sem partidos e sem eleições ... sob o Governo do Cristo] não se esgotará o que Aprender sobre D E U S

GOVERNO (São Paulo)

Cristãos - candidatos(as) a outros cargos sob o governo do cristão Tarcísio, candidato à reeleição - sabem [via Literatura Bíblica] que na Vida Eterna [sem partidos e sem eleições ... sob o Governo do Cristo] não se esgotará o que Aprender sobre D E U S

CONGRESSO (Brasil)

Cristãos - deputados(as) e senadores(as), candidatos(as) à reeleição ou outros cargos - sabem [via Literatura Bíblica] que na Vida Eterna [sem partidos e sem eleições ... sob o Governo do Cristo] não se esgotará o que Aprender sobre D E U S

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Cristãos - candidatos(as) a outros cargos sob os cristãos Lula e Alckmin, candidatos à reeleição - sabem [via Literatura Bíblica] que na Vida Eterna [sem partidos e sem eleições ... sob o Governo do Cristo] não se esgotará o que Aprender sobre D E U S

PARTIDOS (Brasil)

Cristãos e cristãs - donos(as) ou sócios(as) preferenciais das legendas - sabem [via Literatura Bíblica] que na Vida Eterna [sem partidos e sem eleições do mundo ... sob o Governo do Cristo] não se esgotará o que Aprender sobre D E U S

JUSTIÇAS (Brasil)

Cristãos e cristãs - nas carreiras jurídicas e até fazendo o possível por fazer algumas justiça possíveis] sabem [via Literatura Bíblica] que na Vida Eterna [com uma Única e Perfeita Justiça do Cristo] não se esgotará o que Aprender sobre D E U S

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "A graça de nosso Senhor Jesus Cristo seja com vós todos. Amém!" Filipenses 4:23

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

CPTM assumirá operação de linhas que falharam e causaram caos em SP

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) determinou que a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) retome a operação das Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade por um período inicial de até 90 dias.

Essas são as linhas operadas pela concessionária Trivía Trens que sofreram falhas na manhã da quinta-feira (23) e causaram caos no transporte público da capital paulista.

A medida foi tomada pela própria Artesp e pelo governo de São



Paulo para "garantir a qualidade do serviço e prevenir falhas como as registradas nos primeiros dias de operação assistida sob responsabilidade da operadora".

A Trivía assumiu o controle das linhas 11, 12 e 13, que foram privatizadas, na terça-feira (21) e tem enfrentado problemas operacionais desde então.

"O que nós vimos nos últimos dois dias, especialmente hoje, é inaceitável. Como fiscalizadores e reguladores do contrato, estamos agindo de modo imediato. A ideia é a volta da CPTM para opera-

ção, porque o que nós vimos realmente é muito ruim, muito penoso para o cidadão", ressaltou André Isper, Diretor-Presidente da Artesp em comunicado oficial.

A Artesp informa ainda que identificará as causas das falhas e apurará a responsabilidade da concessionária pelos problemas no serviço.

"Vamos trabalhar para assegurar um serviço de excelência ao cidadão, sem permitir que um serviço ruim prejudique quem depende do transporte todos os dias." (Agência Brasil)

Consumidores 60+: Procon-SP lança consulta virtual até dia 17 de agosto

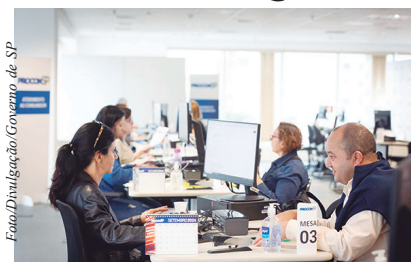
Fazer compras virtuais, acessar serviços que exigem reconhecimento facial ou resolver problemas relacionados a empréstimos consignados podem representar um desafio para muitas pessoas idosas. Para compreender melhor essas situações e ajudar nas ações de orientação, o Procon-SP realiza uma consulta pública destinada a consumidores com mais de 60 anos em: <https://www.procon.sp.gov.br/>

Disponível no site da instituição até o dia 17 de agosto, o levantamento reúne perguntas sobre hábitos de consumo, uso de ferramentas digitais, dificuldades na contratação de produtos e serviços e formas utilizadas para solucionar problemas.

A participação é aberta e as respostas contribuirão para identificar as principais demandas desse público.

A pesquisa comportamental também dedica uma parte específica aos empréstimos consignados, abordando situações como contratação não solicitada, refinanciamento sem autorização, dificuldades para cancelar operações ou contestar cobranças.

Realizada anualmente pelos especialistas do Procon-SP, a iniciativa subsidia o desenvolvimento de palestras, cursos, campanhas e materiais educativos voltados à promoção do consumo consciente e à proteção dos direitos da população idosa. O



órgão reforça que o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90) e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº

10.741/03) asseguram direitos e garantias específicas para consumidores com mais de 60 anos. (Governo de SP)

Julho Amarelo: Saúde SP orienta sobre prevenção de hepatites virais

A campanha Julho Amarelo reforça a importância da prevenção, do controle e da vigilância das hepatites virais. A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) orienta a população a manter a caderneta de vacinação em dia e adotar medidas de higiene, como consumir água tratada e de fonte segura, e alimentos adequadamente higienizados e corretamente cozidos.

As hepatites virais são infecções que acometem o fígado e podem ser causadas pelos vírus A, B, C, D e E. A hepatite A não causa quadro crônico. Em casos mais graves, ela pode levar a um quadro de hepatite fulminante, havendo indicação de transplante de fígado. As demais, em muitos casos, evoluem de forma silenciosa, sem sintomas aparentes. A doença pode provocar alterações leves, moderadas ou graves e, quando não tratada, evoluir para quadros crônicos, como cirrose e câncer de fígado. Além das causas virais, existem hepatites relacionadas ao uso de medicamentos, consumo de álcool e outras drogas, além de doenças autoimunes, metabólicas e genéticas.

As vacinas contra as hepatites A e B estão disponíveis nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do Estado. A vacina contra a hepatite A é recomendada para crianças em dose única aos 15 meses de idade, e também está disponível para grupos específicos no CRIE, sendo recomendada a maiores de 1 ano em esquema de dois doses



As hepatites virais são infecções que acometem o fígado e podem ser causadas pelos vírus A, B, C, D e E. A hepatite A não causa quadro crônico

Já a vacina contra a hepatite B integra o Calendário Nacional de Vacinação e deve ser administrada preferencialmente nas primeiras 12 horas após o nascimento, ainda na maternidade. O esquema vacinal é complementado aos 2, 4 e 6 meses por meio da vacina pentavalente. Além da vacinação ao nascer, o imunizante está disponível gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para pessoas de todas as faixas etárias que não foram vacinadas ou possuem esquema vacinal incompleto. Atualmente, não há vacina disponível contra a hepatite C.

Como as hepatites virais frequentemente não apresentam sintomas, o diagnóstico precoce é fundamental para prevenir complicações e interromper a cadeia de transmissão. Nesse sentido,

recomenda-se a realização dos testes para hepatites B e C durante o pré-natal, contribuindo para a prevenção da transmissão vertical. Além disso, o Ministério da Saúde orienta que toda pessoa adulta realize o teste para hepatite C pelo menos uma vez na vida, independentemente da presença de fatores de risco ou sintomas. Os testes estão disponíveis nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTAs). A hepatite C tem cura, e o tratamento é oferecido gratuitamente pelo SUS.

Em 2026, o Estado registrou 1.953 casos de hepatite A. No mesmo período, foram contabilizados 651 casos de hepatite B e 855 de hepatite C. O número de

casos e a série histórica das doenças estão disponíveis no Núcleo de Informações Estratégicas em Saúde (Nies) da SES-SP, no link: <https://nies.saude.sp.gov.br/grupo/vigilancia-em-saude>.

A hepatite A é transmitida por via fecal-oral, principalmente pelo consumo de água ou alimentos contaminados. A prevenção inclui a vacinação e a adoção de medidas de higiene. Os principais sintomas são febre, fadiga, náuseas e icterícia.

A hepatite B é transmitida principalmente por relações sexuais desprotegidas e pelo contato com sangue contaminado, incluindo o compartilhamento de seringas, agulhas e objetos perfurocortantes. A principal forma de prevenção é a vacinação.

A hepatite C também é transmitida pelo contato com sangue contaminado e, na maioria das vezes, não apresenta sintomas nas fases iniciais. Embora ainda não exista vacina, a doença tem cura e conta com tratamento gratuito disponível pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Por isso, a testagem é fundamental para o diagnóstico precoce e o início do tratamento.

Já a hepatite D é transmitida de forma semelhante à hepatite B e depende da presença do vírus B para se multiplicar. Seus sintomas são semelhantes aos das demais hepatites, como fadiga, náuseas e icterícia. A vacinação contra a hepatite B é a principal forma de prevenção da hepatite D. (Governo de SP)

EUA impõem nova tarifa de 12,5% a produtos brasileiros

Os Estados Unidos anunciaram na quinta-feira (23) a aplicação de uma nova sobretaxa de 12,5% sobre produtos brasileiros, sob a alegação de que o Brasil não adota mecanismos eficazes para impedir a importação de mercadorias produzidas com trabalho forçado. A medida entra em vigor na madrugada desta sexta-feira (24).

A nova tarifa substitui a taxa global temporária de 10% aplicada desde fevereiro e se soma à sobretaxa de 25% sobre produtos brasileiros, em vigor desde o último dia 22. Com isso, parte das exportações do Brasil para o mercado estadunidense poderá enfrentar tributação de até 37,5%.

A decisão foi tomada pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) após investigação baseada na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974.

Motivação

Segundo o governo estadunidense, o Brasil integra o grupo de 54 países que não proibem nem fiscalizam de forma efetiva a entrada de produtos fabricados com trabalho forçado em seus mercados internos.

Na avaliação do USTR, essa falha cria uma vantagem competitiva indevida, ao permitir a cir-

culação de mercadorias produzidas a custos menores.

O representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, afirmou que a prática prejudica empresas e trabalhadores estadunidenses.

"A falha de nossos parceiros comerciais em lidar com a importação de bens feitos com trabalho forçado é inaceitável. Isso força os trabalhadores americanos a competir em um campo desigual", destacou Greer em comunicado.

Produtos

O relatório afirma que, entre 2021 e 2025, o Brasil importou produtos associados ao trabalho forçado em cinco segmentos: alumínio; algodão; eletrônicos; baterias de lítio; tabaco.

Segundo o USTR, esses produtos poderiam entrar no mercado brasileiro com preços artificialmente reduzidos e, posteriormente, influenciar a competitividade das exportações nacionais.

O documento também menciona que, embora o Brasil participe de acordos internacionais de combate ao trabalho escravo e mantenha a chamada Lista Suja do Trabalho Escravo, o país não detém, na avaliação dos Estados Unidos, mecanismos considerados suficientes para impedir a

importação desses bens.

Países

A investigação alcançou 60 parceiros comerciais dos Estados Unidos.

Além do Brasil, outros 53 países receberam a sobretaxa de 12,5%, entre eles China, Argentina, Austrália, Japão, Índia, Reino Unido e África do Sul.

Canadá, México, Equador, Indonésia, Paquistão e a União Europeia foram enquadrados em outra categoria e terão tarifa adicional de 10%, por já manterem mecanismos legais de controle, embora considerados insuficientes pelos EUA.

Tarifa

A nova medida se soma à tarifa de 25% aplicada nesta semana sobre parte das exportações brasileiras, resultado de outra investigação conduzida pelo USTR.

Nesse processo, o governo estadunidense acusou o Brasil de adotar práticas comerciais consideradas desleais, citando questões como acesso ao mercado de etanol, propriedade intelectual, combate à corrupção, desmatamento ilegal e políticas comerciais preferenciais.

Com a nova decisão, empresas brasileiras poderão enfrentar uma carga tarifária total de até

37,5% em parte das exportações destinadas aos Estados Unidos.

As novas tarifas anunciadas nesta quinta substituem a taxa global de 10% anunciada por Trump em fevereiro deste ano. Na ocasião, a Suprema Corte dos Estados Unidos havia derrubado as "tarifas recíprocas" impostas pelo presidente estadunidense no ano passado.

Reação brasileira

O governo brasileiro já havia contestado as conclusões da investigação. Em manifestação anterior, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que eventuais sanções seriam desproporcionais e defendeu que o país mantém legislação e acordos internacionais voltados ao combate ao trabalho forçado.

Segundo o chanceler, o Brasil dispõe de mecanismos de fiscalização e cooperação internacional para impedir a circulação de produtos produzidos em condições análogas à escravidão.

Enquanto avalia uma resposta diplomática, o governo mantém medidas de apoio às empresas exportadoras afetadas pelas tarifas americanas por meio do Plano Brasil Soberano, que prevê linhas de crédito e incentivo à abertura de novos mercados. (Agência Brasil)

Brasileira

Maurício Picazo Galhardo



- Então olhei para o Brasil e vi o campo ...
Quero saber apresenta:

"... Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) deve alcançar R\$ 1,4 trilhão em 2026, segundo estimativa divulgada em junho. O resultado reflete o faturamento gerado pela produção agropecuária dentro dos estabelecimentos rurais e mantém a predominância da agricultura sobre a pecuária na composição do indicador. Do montante estimado, R\$ 893,1 bilhões correspondem às lavouras, que representam 64% do VBP, enquanto a pecuária responde por R\$ 511,1 bilhões, ou 36% do total. A soja permanece como a principal atividade da agropecuária brasileira em termos de geração de receita, com valor estimado em R\$ 335,8 bilhões, o equivalente a 23,9% do VBP. Na sequência aparecem a bovinocultura, com R\$ 249,5 bilhões (17,5% do total), o milho (R\$ 155,3 bilhões), a cana-de-açúcar (R\$ 108,7 bilhões) e a produção de frangos (R\$ 107,3 bilhões). Juntos, esses cinco segmentos concentram 68,3% do Valor Bruto da Produção Agropecuária estimado para 2026, evidenciando a elevada participação de um grupo restrito de cadeias produtivas na geração de renda do setor..." (Com informações de assessoria e IA)



O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) é calculado mensalmente com base nas estimativas de produção e nos preços recebidos pelos produtores rurais. Os valores referentes a 2026 são preliminares e consideram as informações disponíveis até maio de 2026.

Comitê antecipa geração de energia para evitar impactos do El Niño

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) aprovou, na quarta-feira (22), a antecipação da geração de 1,8 GW de energia adicionais de cinco empresas vencedoras dos leilões de reserva de capacidade.

A medida entra em vigor a partir de 1º de setembro para reforçar a segurança do sistema diante da possibilidade do El Niño no segundo semestre de 2026.

De acordo com parecer do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a ocorrência do fenômeno climático poderá reduzir a quantidade de energia elétrica produzida na Região Norte, além de aumentar o consumo por causa das altas temperaturas.

"O volume antecipado é fundamental para garantir a seguran-

ça do sistema elétrico brasileiro de 2026 e início de 2027, principalmente prevendo as consequências que podem ser causadas pelo El Niño", informa o Ministério de Minas e Energia.

Conforme o ministério, a antecipação foi baseada ainda pelas "incertezas geopolíticas ocasionais pelo atual cenário de guerras, que podem impactar diretamente os preços de combustíveis". Estudos da pasta apontam que a utilização de usinas sem contrato (merchant) para suprir carga custam, no mínimo, 25% a mais do que as contratadas em leilões.

Os leilões de reserva foram realizados em março deste ano, com a contratação de 2,2 GW de energia.

O El Niño tem 81% de chance de atingir a categoria "muito forte" entre os meses de outubro e dezembro próximos, segundo estimativa da National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), agência de previsão climática dos Estados Unidos, uma das mais importantes do mundo.

Segundo a NOAA, se a previsão se confirmar, esse pode ser o maior El Niño desde 1950, ano em que começaram a ser feitas as medições.

Ainda segundo a NOAA, um El Niño mais forte não significa necessariamente que haverá eventos climáticos graves, mas uma probabilidade maior de que aconteçam tempestades e forte calor em diferentes regiões do planeta.

O El Niño é o fenômeno meteorológico que provoca o aquecimento acima da média da superfície do Pacífico equatorial. Essa elevação da temperatura causa alterações no ritmo das chuvas e também na circulação dos ventos.

A Europa passou pela pior onda de calor já registrada em junho, causando interrupções na geração de energia, danos à infraestrutura e sobrecarregando os sistemas de saúde, segundo especialistas. O calor extremo foi certamente causado pelas mudanças climáticas, afirmaram os cientistas.

Os efeitos do El Niño serão sentidos em diferentes regiões até o final do ano e se estenderão até 2027. (Agência Brasil)

INSS pagará R\$ 2,4 bilhões a 157 mil segurados que venceram ações na Justiça

A Justiça Federal liberou R\$ 2,4 bilhões para pagar atrasados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a aposentados, pensionistas e demais beneficiários que derrotaram o instituto em ações judiciais de concessão ou revisão do benefício.

O montante irá contemplar 157,7 mil segurados que ganharam 113,9 mil processos contra o órgão.

O pagamento é feito por meio de RPV (Requisições do Pequeno Valor), que são atrasados de até 60 salários mínimos — R\$ 97.260 neste ano e inclui benefícios como aposentadoria, pensão, auxílios e BPC (Benefício de Prestação Continuada).

O total geral inclui R\$ 2,9 bilhões liberados pelo CJF (Conselho da Justiça Federal) aos TRFs (Tribunais Regionais Federais) para quitar valores em 194,1 mil processos com 248,8 mil beneficiários.

Terão direito ao montante segurados que ganharam a ação judicial e cuja ordem de pagamento foi dada pelo juiz em alguma data no mês de junho. O dinheiro deve ser depositado na conta do beneficiário ou de seu advogado até o início de agosto.

Em nota, o CJF informa que cabe aos TRFs definir o dia exato do depósito segundo cronogramas próprios. Para saber quando irá receber, o segurado deve conferir a informação no site do TRF responsável por seu caso ou checar essa data com seu advogado.

O valor a ser depositado pode ser encontrado no campo "Valor inscrito na proposta", no site do TRF responsável pelo processo. Quando o dinheiro é pago, o status da consulta mostrará "Pago total ao juízo".

O QUE SÃO OS ATRASADOS DO INSS?

Os atrasados do INSS são valores retroativos pagos a quem vai ao Judiciário e vence uma ação contra o órgão previdenciário. O processo pode estar relacionado à revisão, quando o segurado prova que ganhava valor menor e tem direito a mais, ou à concessão, quando busca o reconhecimento de um direito inicial.

Podem ser discutidos na

Justiça benefícios como auxílio-doença, aposentadoria (por tempo de contribuição, por idade, por invalidez e de pessoa com deficiência) ou até mesmo o BPC (Benefício de Prestação Continuada), que é uma renda assistencial.

Esses valores são pagos em lotes mensais, conforme o mês em que a RPV foi autorizada pelo juiz, etapa também chamada de atuação ou emissão. É possível verificar a data da emissão no acompanhamento processual, após a ação virar um atrasado.

QUEM TEM DIREITO?

Os atrasados são pagos apenas a quem ganhou a ação judicial contra o instituto, sem que haja nenhuma possibilidade de recurso. Apenas processos que já transitaram em julgado, ou seja, não têm mais como discutir se há ou não direito àquela verba, viram atrasados.

COMO SEI SE É UMA RPV OU UM PRECATÓRIO?

A data de pagamento dos atrasados depende de quando o juiz mandou o INSS quitar a dívida e de quando a ação chegou totalmente ao final. Os atrasados de até 60 salários mínimos, chamados de RPVs, são quitados em até dois meses após a ordem de pagamento do juiz. Valores maiores viram precatórios, que são pagos apenas uma vez por ano.

COMO SEI SE É UMA RPV OU UM PRECATÓRIO?

RPVs são dívidas de até 60 salários mínimos pagas com mais agilidade. O prazo legal é de até 60 dias para a quitação do atrasado. Já os precatórios federais são débitos acima deste valor, pagos apenas uma vez por ano, conforme a data da inscrição da proposta no sistema, depois que o processo chegar totalmente ao final e o juiz dá a ordem de pagamento.

Ao fazer a consulta no site do TRF responsável, aparecerá a sigla RPV, para requisição de pequeno valor, ou PRC, para precatório. Em geral, o segurado já sabe se irá receber por RPV ou precatório antes mesmo do fim do processo, porque os cálculos são apresentados antes. (Folhapress)

FMI elogia Pix e cobra autonomia financeira do Banco Central

O Fundo Monetário Internacional (FMI) elogiou o Pix como um dos principais responsáveis pela transformação do sistema financeiro brasileiro, mas alertou que o Banco Central (BC) precisa de autonomia financeira e orçamentária para manter a capacidade de supervisão diante da expansão do setor.

As conclusões constam no relatório de Avaliação da Estabilidade do Sistema Financeiro (FSSA), divulgado na quinta-feira (23).

O documento, elaborado em parceria com o Banco Mundial após missões técnicas ocorridas no Brasil entre dezembro de 2025 e março de 2026, afirma que o sistema financeiro nacional é resiliente, mas enfrenta desafios relacionados à falta de pessoal nos órgãos de supervisão, limitações legais e necessidade de fortalecimento institucional. O último relatório do tipo foi elaborado em 2018.

Pix

Na avaliação do FMI, o Pix consolidou-se como um importante instrumento de inclusão financeira, ampliação da concorrência e digitalização do mercado bancário brasileiro.

"Os bancos digitais emergentes reduziram a concentração do setor bancário e continuam a fomentar a concorrência e a eficiência, resultando também em taxas de crédito mais baixas."

O relatório destaca que o sistema de pagamentos instantâneos acelerou a transformação digital do setor financeiro e impulsionou o crescimento dos ban-

cos digitais.

Ao mesmo tempo, o Fundo alerta para o aumento dos riscos cibernéticos e das fraudes digitais, defendendo o fortalecimento da governança do sistema.

Entre as recomendações, está a formalização da política de supervisão do Pix e a separação entre as funções operacionais e fiscalizatórias desempenhadas pelo Banco Central.

Autonomia

Além dos elogios ao Pix, o FMI afirma que é urgente fortalecer a estrutura do Banco Central para garantir a estabilidade do sistema financeiro.

Segundo o relatório, o Brasil deve adotar "medidas para superar as restrições de pessoal nos órgãos supervisores, a concessão de plena autonomia orçamentária ao Banco Central do Brasil", além de ampliar a proteção jurídica dos servidores e atualizar a legislação sobre resolução de instituições financeiras.

Na avaliação do organismo, os avanços registrados desde a última revisão, em 2018, foram relevantes, porém persistem obstáculos que limitam a atuação da autoridade monetária.

"As autoridades demonstram avanços substanciais, mas ainda enfrentam desafios — principalmente decorrentes de restrições de pessoal, falta de proteção jurídica e limitações de autoridade legal."

O FMI afirma que essas limitações reduzem a intensidade da

supervisão bancária e podem ampliar a dependência de entidades autorreguladoras no mercado de capitais.

PEC

A recomendação ocorre enquanto o Senado analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, que concede autonomia financeira ao Banco Central.

O texto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em junho e aguarda votação no plenário. A proposta transforma o BC em uma entidade de natureza especial e é defendida pelo presidente da instituição, Gabriel Galipolo.

O projeto, entretanto, divide governo e servidores. Entidades representativas de auditores e gestores do BC apoiam a mudança. No entanto, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) defende uma alternativa apresentada pelo governo que amplia a autonomia orçamentária, mas mantém a natureza jurídica atual da autarquia.

Solidez

Apesar das recomendações, o FMI conclui que o sistema financeiro brasileiro permanece sólido e capaz de absorver choques econômicos.

O relatório destaca a importância da manutenção do regime de metas para a inflação, de instituições robustas e da continuidade das reformas estruturais para preservar a estabilidade financeira do país.

FMI diz que impacto de tarifas dos EUA para Brasil deve ser modesto

O FMI (Fundo Monetário Internacional) avaliou que a economia brasileira continua demonstrando "notável resiliência" diante de uma sequência de choques externos e considerou que o impacto macroeconômico das novas tarifas impostas pelos Estados Unidos tende a ser modesto.

Em relatório divulgado na quinta-feira (23), após a conclusão da consulta anual do Artigo IV, o fundo também afirmou que o governo precisará promover um ajuste fiscal mais ambicioso para colocar a dívida pública em trajetória consistente de queda e projetou inflação de 5,6% ao fim de 2026, acima da meta de 3%.

Apesar das tensões comerciais, o FMI avaliou que as exportações brasileiras têm permanecido resilientes. O relatório lembra que as tarifas impostas pelos Estados Unidos chegaram a uma alíquota efetiva de 29,1% em agosto de 2025 e que as vendas

brasileiras ao mercado americano caíram inicialmente, mas passaram a se recuperar a partir de novembro daquele ano.

Segundo o fundo, o impacto macroeconômico das medidas foi limitado porque as exportações para os Estados Unidos representavam menos de 2% do PIB brasileiro antes da elevação das tarifas e porque o país ampliou as vendas para outros mercados, especialmente de soja para a China.

O FMI também mencionou a proposta apresentada pelos Estados Unidos após a conclusão da investigação da Seção 301, que prevê uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros, além de uma sobretaxa de 12,5% que deve ser anunciada até o fim de julho ao Brasil e a outras economias, com isenções para itens como café, carne bovina, produtos energéticos e peças de aeronaves.

Caso as medidas entrem em

vigor, o FMI avalia que seu impacto sobre a economia brasileira deverá ser "modesto", devido ao grande número de exceções e ao fato de os Estados Unidos responderem por cerca de 11% das exportações brasileiras em 2025.

Para o Fundo, o Brasil foi relativamente protegido da disparada do petróleo causada pela guerra no Oriente Médio. O país é exportador líquido da commodity e conta com uma matriz elétrica predominantemente renovável. Ainda assim, o aumento dos preços da energia deve pressionar a inflação ao longo do ano.

O FMI prevê crescimento de 2,4% em 2026, impulsionado pelos termos de troca favoráveis decorrentes do petróleo mais caro e pelo apoio fiscal. Em 2027, a economia deve perder força em razão da política monetária ainda restritiva, mas o crescimento tende a voltar para cerca de 2,5% no médio prazo, sustentado pela reforma tributária aprovada em

2023 e pela expansão da produção de petróleo e gás. A inflação, segundo o Fundo, deve convergir para a meta de 3% apenas em meados de 2028.

A diretoria do FMI afirmou que a política monetária brasileira deve permanecer "dependente dos dados e flexível" diante da elevada incerteza global. A instituição também considerou "apropriada" uma normalização dos juros mais lenta do que a esperada antes da guerra no Oriente Médio e avaliou que um esforço fiscal mais robusto ajudaria a reduzir a inflação e a abrir espaço para cortes adicionais na taxa básica de juros.

Apesar da avaliação favorável, o FMI alertou que os riscos permanecem elevados. Entre eles estão um agravamento das tensões geopolíticas no Oriente Médio, o avanço das disputas comerciais globais e um ajuste fiscal inferior ao esperado, cenário que poderia elevar a inflação,

aumentar os custos de financiamento e reduzir o crescimento econômico.

Na avaliação do conselho executivo do fundo, o governo brasileiro deveria aproveitar receitas extraordinárias provenientes do petróleo para reforçar as contas públicas, em vez de ampliar gastos. O FMI também recomendou reduzir rigidezes orçamentárias, revisar benefícios tributários considerados ineficientes e fortalecer o arcabouço fiscal com uma âncora de médio prazo para a dívida, preservando ao mesmo tempo os programas sociais direcionados à população mais vulnerável.

Além da política macroeconômica, o FMI destacou que o sistema financeiro brasileiro permanece sólido, com bancos bem capitalizados e riscos sistêmicos sob controle. Ainda assim, recomendou reforçar a supervisão do setor financeiro, enfrentar o crescimento do endividamento das

famílias e avançar na regulação de criptoativos e na proteção contra ataques cibernéticos.

O relatório também elogiou o avanço das reformas estruturais, especialmente a implementação da reforma tributária sobre o consumo, considerando um dos principais fatores para elevar a produtividade nos próximos anos.

O fundo ainda incentivou o Brasil a ampliar a participação feminina no mercado de trabalho, investir em inteligência artificial e qualificação profissional, fortalecer políticas anticorrupção e continuar implementando o Plano de Transformação Ecológica. Na área internacional, destacou positivamente a estratégia brasileira de ampliar acordos comerciais e afirmou que o país tem desempenhado um papel relevante na defesa do multilateralismo e de um sistema internacional de comércio baseado em regras. (Folhapress)

Governo Lula publica regras para preço confidencial na Saúde e espera desconto de 50% no alto custo

O Ministério da Saúde publicou na quinta-feira (23) uma portaria para regulamentar a negociação de descontos confidenciais na compra de medicamentos de alto custo, mecanismos que promete baratear essas aquisições para o SUS (Sistema Único de Saúde).

O chamado "desconto silencioso" ou "compra silenciosa" será negociado por um comitê cuja criação é formalizada por essa portaria.

O preço inicial submetido à Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS), instância responsável por avaliar a inclusão de novos tratamentos no sistema, seguirá público. O sigilo ficará para as etapas seguintes.

A expectativa do governo Lula (PT) é que o mecanismo resulte em descontos de pelo menos 50% em relação ao que foi ofertado inicialmente, segundo a secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde da pasta, Fernanda De Negri.

O papel do comitê de negociação será o de informar a Conitec se a negociação avançou ou não dentro de parâmetros estabelecidos pela comissão ligada ao Ministério da Saúde.

O trabalho desse comitê não começará, como previa inicialmente a pasta, em modelo piloto, ainda que a avaliação da Saúde seja a de que a primeira negociação servirá de baliza para as seguintes. Havia expectativa também de que o piloto buscasse preços melhores em oncologia.

"Os oncológicos são um desafio para o ministério, e a gente está tentando superar a partir da portaria", diz a secretária. Segundo ela, no entanto, a avaliação dependerá de o comitê ser acionado, o que poderá partir da Conitec ou de secretarias do Ministério da Saúde ligadas às políticas que utilizam as tecnologias em saúde e que poderiam ter preços negociados.

O ministro Alexandre Padilha espera ver o comitê intermediando uma negociação de preço no alto custo ainda neste ano. A portaria estabelece que o trabalho dependerá, no caso dos preços silenciados, do cumprimento de seis requisitos.

Além de ser uma tecnologia de alto custo, é necessário que o medicamento esteja protegido por patente ou tenha fornecedor único, tenha relevância estratégica para o SUS e relevância sanitária para a saúde pública. Também é necessário justificar tecnicamente por que adotar a medida e demonstrar que o Estado pode ter prejuízo caso a confidencialidade não seja adotada.

Quando o procedimento silenciado for adotado, os preços líquidos negociados, os descontos concedidos, os rebates, as bonificações e as demais condições econômicas pactuadas poderão ser objeto de restrição de acesso, segundo a portaria

do Ministério da Saúde.

A pasta chegou a considerar, durante o desenvolvimento do mecanismo, a necessidade de mudanças legais para viabilizar as negociações com restrição de acesso à informação, nome formal do modelo. Segundo Fernanda De Negri, porém, a AGU (Advocacia Geral da União) concluiu que dava para criar o mecanismo apenas via portaria.

A negociação sigilosa tende a ser mais vantajosa porque evita que os preços fechados sejam depois usados como referência em processos de compra e venda em outros países, outra das perdas do preço de referência.

Desde que o modelo passou a ser cogitado, porém, ele foi alvo de críticas. Uma das preocupações trata da transparência, outra da perda do preço de referência.

"A gente também tinha essa preocupação de garantir transparência. Os órgãos de controle vão ter acesso. O TCU [Tribunal de Contas da União] vai ter acesso a esse processo o tempo inteiro, a qualquer momento", diz a secretária. "O que a gente vai silenciar é o desconto adicional em cima daquele preço que foi oferecido pela Conitec, que a gente espera que seja muito substancial."

O governo Lula tem uma experiência de negociação confidencial bem-sucedida com a Novartis para fornecimento do Zolgensma, indicado para crianças com atrofia muscular espinhal. O contrato incluiu compartilhamento de risco e cláusula de sigilo por cinco anos.

O medicamento é considerado o um dos mais caros do mundo — R\$ 7 milhões por dose única. Segundo a portaria do Ministério da Saúde, a Conitec não será informada do valor do desconto, sabrá apenas se ele ficou ou não dentro de uma margem definida quando o comitê de negociação for acionado.

A estratégia de negociação no alto custo tenta enfrentar um custo crescente no orçamento da saúde pública brasileira.

O Ministério da Saúde compra anualmente R\$ 31 bilhões em medicamentos e vacinas. Porém, via judicialização, deve gastar cerca de R\$ 2,5 bilhões em 2026 para atender cerca de 5.000 pacientes que conseguiram o fornecimento de medicamentos por meio de ações judiciais.

O Comitê de Negociação de Preços e Condições Econômicas de Tecnologias em Saúde será formado por dois representantes da secretaria-executiva do Ministério da Saúde, um ligado ao departamento de logística e outro a economia e investimentos; e três da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, distribuídos entre as áreas de gestão e incorporação de tecnologias em saúde, de assistência farmacêutica e insumos estratégicos, e do complexo econômico-industrial da saúde. (Folhapress)

TCU cita risco fiscal dos Correios e defende compensação de custos

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou na quinta-feira (22) um alerta ao governo federal sobre o custo da universalização do serviço postal prestado pelos Correios. Por unanimidade, o plenário do tribunal aprovou o acórdão de uma auditoria realizada sobre a questão.

Segundo o TCU, sem a criação de um "mecanismo explícito, estruturado e transparente de compensação de custos", a universalização gera risco fiscal para as contas públicas.

A conclusão foi formada a partir do voto do ministro Benjamin Zymler, relator do caso.

Durante a leitura do voto, o ministro citou que o custo para manter a universalização postal foi R\$ 4,6 bilhões em 2024. Na avaliação de Zymler, o valor é compatível com outras políticas públicas, como o Programa Farmácia Popular e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Contudo, o relator pontuou que a falta de previsão de com-

pensação dos custos da estatal, que opera em prejuízo, fragiliza a capacidade dos Correios de absorverem as circunstâncias atuais e obriga o aporte de recursos por parte da União.

"Esse quadro compromete a capacidade futura de pagamento da estatal, amplia o risco fiscal da União, que está sendo analisado de forma macroscópica em outros processos, seja pela crescente exposição decorrente de garantias concedidas pela União a empréstimos

tomados pela ECT, seja pela necessidade de possíveis aportes financeiros adicionais para a empresa", afirmou.

Em dezembro do ano passado, o Tesouro Nacional aprovou um empréstimo de R\$ 12 bilhões para a reestruturação financeira dos Correios, com garantias da União. Além disso, a estatal aprovou uma série de medidas, como um programa de desligamento voluntário e o fechamento de agências, para compensar esse déficit. (Agência Brasil)

Receita Federal limita acesso a sistemas para implantação do novo CNPJ

A Receita Federal limitará o acesso ao portal CNPJ a partir da quinta-feira (23) para o início da implementação do CNPJ alfanumérico. O início da restrição será às 21h, quando atualizações e alterações de cadastro ficarão indisponíveis, sendo permitido apenas fazer consultas.

Das 7h de sábado (25) ao mesmo horário da próxima segunda-feira (27) o sistema estará fora do ar e será concluída a migração para o novo CNPJ. Segundo a receita, a previsão é de retomada da operação normal após os dois dias de inatividade e o primeiro código de identificação com o novo formato será emitido em 31 de julho.

O CNPJ alfanumérico, anunciado pela Receita em 2024 para suprir a alta demanda por novos cadastros de pessoas jurídicas, valerá para empresas inscritas a partir da atualização do sistema. Pessoas jurídicas já existentes não terão o número de identificação alterado.

Com a mudança, os primeiros

oito dígitos do cadastro serão compostos por qualquer letra do alfabeto ou por algarismos de zero a nove. As quatro posições seguintes também poderão conter letras, mas a identificação de matriz das empresas manterá o padrão 0001. Filiais com letras nestas posições poderão se tornar matriz sem alteração de CNPJ. Para os dois últimos dígitos, de verificação, será mantida a exclusividade numérica.

QUE É O CNPJ ALFANUMÉRICO?

É a nova forma de identificar empresas no Brasil, combinando letras e números. O novo CNPJ será composto por números de 0 a 9 e quaisquer uma das 26 letras de A até Z. A inclusão de letras aumenta a capacidade de geração de novos números e garante a continuidade do sistema sem precisar alterar cadastros já existentes, segundo a Receita.

Novo modelo do CNPJ, que começa a valer em julho de 2026 Reprodução Receita Federal A

imagem apresenta a estrutura do CNPJ alfanumérico, que tem 14 posições. Ela é dividida em três partes: RAZ (SS.SSS.SSS), ORDEM (SSSS) e DV (NN). A legenda explica que N representa número e S representa letra e número.

COMO SERÁ A COMPOSIÇÃO DO NOVO CNPJ? O QUE MUDA?

O CNPJ alfanumérico passará a conter letras, além de números, dentre os 14 dígitos: AA.AAA.AAA/AAAA-DV, onde: A corresponde a Alfanumérico (numerais de 0 a 9) e letras maiúsculas de A até Z; DV é o Dígito Verificador, composto apenas por algarismos.

QUE PROVIDÊNCIAS A EMPRESA DEVE TOMAR EM ORÇAMENTOS PÚBLICOS E PARCEIROS COMERCIAIS, CLIENTES E BANCOS?

Todos os sistemas públicos e privados devem ser ajustados para possibilitar a identificação

de pessoas jurídicas no formato tradicional e no alfanumérico. Cabe às empresas providenciar os ajustes nos próprios sistemas, mas não é necessária qualquer providência em órgãos públicos, parceiros comerciais, clientes e bancos.

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS EMPRESAS?

Se as companhias não atualizarem seus sistemas para ler o novo formato alfanumérico de CNPJ dentro do prazo, poderão enfrentar problemas. Pode haver dificuldades na emissão de notas fiscais, falhas na comunicação com fornecedores e clientes, além atrasos em processos administrativos e fiscais. O Pix não será alterado para os cadastros existentes.

HAVERÁ CUSTO PARA AS EMPRESAS?

Haverá custos associados à atualização dos sistemas próprios de leitura do CNPJ no formato alfanumérico. (Folhapress)

Justiça condena shopping paulista por discriminação racial

Após a Justiça homologar um acordo firmado entre o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e o Shopping Pátio Higienópolis, o empreendimento vai pagar R\$ 1 milhão ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como resultado de uma ação civil pública ajuizada após um episódio de racismo contra um adolescente negro dentro do shopping, em abril de 2025.

O fato foi apurado a partir de inquérito civil conduzido pela Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital. O adolescente e um amigo, também negro, foram discriminados por uma funcionária terceirizada, integrante da equipe de segurança do centro comercial, em um bairro nobre da cidade.

A mulher perguntou se eles estavam pedindo dinheiro a uma

outra estudante, branca. Os dois jovens à época estavam no ensino fundamental II e haviam acabado de sair de uma atividade que se propunha a debater o racismo.

O estudante discriminado era bolsista do Colégio Equipe. Uma semana após o caso, estudantes e professores da instituição realizaram um protesto no shopping. Além da indenização, o shopping assumiu obrigações voltadas à proteção integral a crianças e adolescentes frequentadores do local. Entre elas, está a manutenção de um núcleo social formado por dois educadores coordenados por uma assistente social, com atuação todos os dias da semana, e a determinação de que qualquer abordagem a crianças e adolescentes seja feita exclusivamente por integrantes desse núcleo, com foco no acol-

himento e no encaminhamento à rede de proteção.

O acordo prevê ainda treinamento periódico dos colaboradores operacionais, ministrado por consultoria externa ao menos duas vezes por ano, inclusão de cláusula antirracista nos contratos firmados pelo empreendimento, aprimoramento do canal de denúncias, com garantia de anonimato, e divulgação dos órgãos externos de proteção; realização anual de evento aberto ao público sobre respeito à diversidade e combate ao racismo; envio de relatórios semestrais ao Ministério Público e vigência das obrigações pelo prazo de três anos.

Caso não cumpra com todos os compromissos assumidos, o Shopping Pátio Higienópolis estará sujeito a multa, com aumento em caso de reincidência.

O montante de R\$ 1 milhão deve ser aplicado em iniciativas de enfrentamento da discriminação racial e de proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Segundo o MPSP, a Justiça considerou que o acordo prevê medidas concretas para prevenir novas violações e institui mecanismos de acompanhamento e fiscalização de seu cumprimento.

"A construção deste acordo pela via do diálogo revela a maturidade institucional que se espera do Ministério Público e a robustez do valor destinado ao Fundo Municipal assegura que o compromisso se traduza em políticas públicas efetivas e permanentes de proteção à infância e à juventude", afirmou a promotora de Justiça Flôrenci Cassab Milani. (Agência Brasil)



Lineagro Produtos Agropecuários S.A.

CNPJ nº 21.028.000-73

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente de mercado ainda desafiador, embora com sinais de melhora em relação a 2024. O desempenho financeiro da companhia foi impactado pela redução da produtividade da colheita, em um contexto de baixa produtividade de custos no campo. Entretanto, a persistência recente de chuvas, em conjunto com as ações planejadas a 15% de aumento de forma relevante a eficiência operacional da Companhia. Houve aumento na demanda por abastecimento de prazos por parte dos clientes, ao mesmo tempo em que a companhia passou a atuar maior nível de parcerias, pressionando a gestão e a execução das vendas. Diante desse cenário, a Companhia resolveu planejar a estratégia, redefinindo prioridades e concentrando sua atuação no longo prazo, bem como as operações da Nova Lavoura e da Superagro, visando maior eficiência, reconhecimento de marca e desenvolvimento. Nesse contexto, a Administração aprovou plano de descontinuação da Administração e celebração sobre sua alienação, cuja conclusão se deu no dia 24/07/2025.

Balço Patrimônio 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Ativo	Contabilizado	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024			
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.512	15.506	20.280	24.294				
Aplicações financeiras - caso onto	5	4.953	4.953	4.953	4.953				
Ativos a receber	6	264.323	126.247	272.631	374.640				
Estoque	7	171.807	158.908	188.019	323.313				
Adiantamento concedido	8	4.953	189.336	6.137	153.153				
Receitas a contribuir e recuperar	9	5.207	2.183	5.213	3.734				
RP e CCL a receber	10	2.330	75	2.434	80				
Outros ativos a receber	11	24.146	52	34.818	33.334				
Ativos de não circulante									
Ativos de não circulante	12	307.870	493.329	358.896	923.765				
Ativos de não circulante									
Ativos de não circulante	13	111.380	183.352	117.288	323.765				
Ativos de não circulante									
Ativos de não circulante	14	2.502	10.649	242					
RP e CCL de não circulante	15	12.805	92.004	92.005	92.004				
Outros ativos de não circulante	16	2.400	184	2.016					
Investimentos em não circulante	17	402.890	555.562						
Ativo imobilizado	18	8.789	32.102	8.789	98.789				
Ativo intangível	19	20.775	20.775	20.775	20.775				
Ativos de não circulante	20	18.234	23.333	18.234	33.333				
Ativos de não circulante									
Ativos de não circulante	21	559.940	1.043.633	488.338	1.043.633				

Total do ativo

Ativos de não circulante são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonsrtações das Demonstrações Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade
Saldo em 31 de dezembro de 2024	615.056	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	748.424	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	839.180	101.380	(108.254)	688.212					

Ativos de não circulante são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonsrtações das Demonstrações Balanço Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade
Saldo em 31 de dezembro de 2024	615.056	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	748.424	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	839.180	101.380	(108.254)	688.212					

Ativos de não circulante são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonsrtações das Demonstrações Balanço Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade
Saldo em 31 de dezembro de 2024	615.056	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	748.424	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	839.180	101.380	(108.254)	688.212					

Ativos de não circulante são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonsrtações das Demonstrações Balanço Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade
Saldo em 31 de dezembro de 2024	615.056	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	748.424	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	839.180	101.380	(108.254)	688.212					

Ativos de não circulante são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonsrtações das Demonstrações Balanço Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade
Saldo em 31 de dezembro de 2024	615.056	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	748.424	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	839.180	101.380	(108.254)	688.212					

Ativos de não circulante são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonsrtações das Demonstrações Balanço Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade
Saldo em 31 de dezembro de 2024	615.056	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	748.424	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	839.180	101.380	(108.254)	688.212					

Ativos de não circulante são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonsrtações das Demonstrações Balanço Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade
Saldo em 31 de dezembro de 2024	615.056	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	748.424	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	839.180	101.380	(108.254)	688.212					

Ativos de não circulante são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonsrtações das Demonstrações Balanço Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade
Saldo em 31 de dezembro de 2024	615.056	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	748.424	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	839.180	101.380	(108.254)	688.212					

Ativos de não circulante são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonsrtações das Demonstrações Balanço Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade	Capital Reservas de Propriedade
Saldo em 31 de dezembro de 2024	615.056	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	748.424	101.380	(108.254)	688.212					
Ativo de não circulante	132	132	132	132					
Projeto de expansão			(72.721)	(72.721)					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	839.180	101.380	(108.254)	688.212					

Ativos de não circulante são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonsrtações das Demonstrações Balanço Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)

ta domiciliar para validar as inscrições desse perfil familiar.	CadÚnico	tal
Dessa forma, a ausência de entrevista domiciliar não poderá impedir a inscrição, atualiza-	Criado para integrar, catalogar e selecionar famílias brasileiras em situação de pobreza ou pobreza extrema, o Cadastro Único	por

